

# RANKINGS GLOBAIS ENTRE A “QUANTOFRENIA” E CRITÉRIOS DÍSPARES

Antonio Biondi e Pedro Biondi<sup>1</sup>



*Eles elegem as melhores universidades do mundo, mas cada vez mais devemos perguntar: “Com que finalidade”? Os **rankings** suscitam dúvidas e críticas de pesquisadores. No entender por exemplo do professor Licínio Lima, da Universidade do Minho, eles representam mais um elemento da matematização infinita da vida, abordada por Pitirim Sorokin (1889-1968), autor do termo “quantofrenia”. Refletem um modelo de Educação de natureza contábil: “Uma produção de conhecimento que tem profundo horror àquilo que é incomensurável”*

**E**m que medida é possível comparar objetivamente a excelência e a relevância de duas ou mais instituições? Quanto essa espécie de “campeonato” contribui para aperfeiçoar o ensino superior, as ciências, o aproveitamento acadêmico dos estudantes e o retorno, para as populações nacionais, do investimento público nas instituições universitárias? Afinal de contas, qual a finalidade real desse tipo de instrumento?

O primeiro ranqueamento de um sistema nacional de ensino superior remonta a 1983, nos Estados Unidos. Os ranqueamentos de alcance global começam exatas duas décadas depois, com o ARWU ou “*Ranking de Shangai*”. O lançamento chinês deu início a uma “corrida” que seguiu com o Times Higher Education (THE), que buscava se diferenciar metodologicamente do antecessor e representa, até hoje, seu principal rival. De uma dissidência nasceu o Quacquarelli Symonds (QS), que também figura entre as listagens de maior repercussão.

Hoje são cerca de duas dezenas de levantamentos internacionais, cada qual com sua metodologia e suas controvérsias. Variam os fatores avaliados: produção científica, reputação, inserção no mundo. Variam também a forma de coleta de dados e os pesos atribuídos à pontuação. “O Times Higher e o QS são mais comerciais, mais abrangentes em termos de indicadores (de ensino, internacionalização, prestígio) e hoje se destacam mais na mídia. Já o ARWU é mais objetivo, baseado completamente em dados de fontes públicas e confiáveis, porém mais restrito, pois avalia apenas pesquisa”, resume o



Unicamp

**“Boa parte dos elementos mais importantes da Educação não é mensurável”, adverte Licínio Lima**

pesquisador em governança universitária Justin Axel-Berg, que integra projeto conjunto da USP com a Unicamp e a Unesp sobre o tema (*leia mais adiante*).

Se, por um lado, a síntese de aspectos complexos oferece ao público elementos para uma visão geral de uma instituição, por outro lado essas classificações podem soar enganosamente como retratos exatos da qualidade, da relevância e de sua “estatura” em relação às demais. No entanto, as discrepâncias entre os diferentes *rankings* bastam para demonstrar o caráter ilusório de tais avaliações. Para ilustrar: em 2018, a Universidade de São Paulo (USP) aparece entre a 151ª e a 200ª colocadas na lista chinesa, enquanto fica na

faixa da 251ª à 300ª no THE e ocupa o 121º lugar no QS.

Em revisão da produção acadêmica referente ao assunto, os pesquisadores Adolfo Ignacio Calderón e Carlos Marshal França apontam uma “virada” no olhar predominante sobre os *rankings* na literatura ibero-americana. No conjunto da produção, de 2009 para cá o paradigma “do conflito” teria dado lugar ao “do consenso”, em que os questionamentos são pontuais. Entretanto, estudiosos ouvidos pela *Revista Adusp* mostram a persistência de críticas mais de fundo aos usos, aos efeitos e à própria natureza do instrumento.

Para o professor Licínio Carlos Viana Silva Lima, da Universidade do Minho (UMinho, de Portugal), esses ordenamentos comparativos representam mais um elemento da matematização infinita da vida, abordada pelo sociólogo Pitirim Sorokin (1889-1968), que cunhou o termo “quanto-frenia”. “É um elogio da rivalidade”, define. “Competir para produzir. Se você não compete, não progride. A

competição do mercado, das empresas, é repassada a todas as instituições, a todos os segmentos.”

Esse é, afirma ele, um modelo de Educação de natureza contábil, mais preocupada com uma possível medição dos resultados do que com os processos que levam a eles. “Uma produção de conhecimento que tem profundo horror àquilo que é incomensurável”, descreve. “Se não é mensurável, não vai ser critério para pontuar. E quem trabalha com Educação sabe que boa parte dos elementos mais importantes dela não é mensurável”.

superior, sejam públicas ou privadas. Consistem na ordenação de indicadores compostos por índices discricionariamente eleitos pelas agências de classificação”, critica.

Em doutorado defendido em 2016 na Unicamp, a jornalista Sabine Righetti, organizadora do *Ranking* Universitário da Folha (RUF), observa que, apesar de diferirem na lógica de avaliação, o ARWU e o THE trazem sequências semelhantes no topo. No grupo das dez seletíssimas repetem-se sete integrantes, todas elas dos EUA e do Reino Unido: Harvard, MIT,

Também ao longo do tempo as protagonistas variam pouco. “É como se imitassem um jogo de cadeiras”, ilustra Mário Azevedo. “Alternam posições entre elas, mas não há quedas súbitas ou ascensões injustificadas”. A seu ver, essas réguas não conseguem demonstrar quanto uma universidade atende às necessidades da sociedade e quanto contribui para o desenvolvimento do seu país e da sua região.

“A ciência brasileira responde bem aos desafios, mas não encontra facilmente o gabarito, o modelo das

respostas dos requisitos dos *rankings*. Não importa a eles que a USP seja, comprovadamente, a universidade que mais forma doutores no mundo, que esteja entre as que mais produzem artigos científicos e que venha formando quadros de excelência para o Brasil em todas as áreas do conhecimento”, enumera.

“Há um viés, uma deformação muito grande”, assinala a professora Eva Aladro Vico, da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade Complutense de Madri (UCM). “É muito difícil se colocar no alto, porque há uma série de condições que fazem

com que essas posições fiquem reservadas para países, publicações, áreas do mundo onde estão o capital e o poder”. Um exemplo é a contagem de vencedores do Prêmio Nobel no corpo docente das instituições avaliadas, como parâmetro de classificação.

**“A ciência brasileira responde bem aos desafios, mas não encontra facilmente o gabarito, o modelo das respostas dos requisitos dos *rankings*. Não importa a eles que a USP seja a universidade que mais forma doutores no mundo, que esteja entre as que mais produzem artigos científicos”, diz Mário Azevedo**



O professor Mário Azevedo, ex-vice-reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), compara os *rankings* universitários globais a guias produzidos para consumidores de vinho, restaurantes e hotéis. “Eles justificam-se colando rótulos e selos (*labels*) em instituições de educação

Cambridge, Princeton, Caltech, Chicago e Oxford. “A diferença nos resultados do ARWU de 2015 e do THE de 2015 só fica mais evidente após o primeiro quadrante dos *rankings*, ou seja, depois das 25 universidades classificadas como melhores do mundo”, assinala Sabine.

Na sua tese, Sabine Righetti destaca que a mais antiga dentre as *topten* brasileiras, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi criada há menos de um século, em 1920, enquanto a Universidade de Oxford, no Reino Unido, data de 1096. Na edição analisada (2015), a única representante do século 20 entre as cinquenta melhores do planeta era a Universidade de Hong Kong, criada em 1910. Sabine aponta indícios de que o diferente grau de amadurecimento é a principal razão para a desigualdade do ponto de vista competitivo.

Licínio Lima relaciona o fenômeno dos ranqueamentos ao Processo de Bolonha, peça da consolidação da União Europeia que se contrapõe às peculiaridades resultantes do contexto histórico, nacional e regional que deu origem a cada instituição de ensino. “Ele vem induzir na Europa, e também fora da Europa, esse modelo. Vem ‘harmonizar’ — mais que isso, o que temos agora se trata de padronizar, *estandardizar* — uma realidade universitária que era extremamente diversa”, situa.

O docente do Departamento de Ciências Sociais da Educação da UMinho explica que seria muito difícil adotar um padrão superior europeu ou pan-europeu a partir de uma matriz variada. “Não era possível comparar um curso de Direito na França, na Alemanha ou Portugal. Hoje é muito mais fácil. A adoção de métricas e regras comuns permite que haja uma comparação, uma competição, uma hierarquização, uma avaliação externa”, diz.



**"Bolonha ratifica os sistemas de trabalho mais intensivos, com menos docência presencial e mais sistemas burocráticos de controle copiados das instituições privadas", aponta Eva Vico**

Eva Aladro Vico, da UCM, identifica a origem da mudança no momento em que se percebe o potencial econômico das universidades, o que leva à alteração de diversas dimensões no seu funcionamento. “Bastante tempo depois disso, Bolonha, ao chegar, traz garantias, ratifica que se consolidem os sistemas de trabalho mais intensivos, com menos docência presencial, mais sistemas burocráticos de controle — que são copiados das instituições privadas”, elenca.

A consolidação desse sistema também se associa aos processos de globalização, ressalta. Segundo a acadêmica, a transformação passa pela implementação de diversos procedimentos que os professores não aprovam, “mas que, como todo mundo os aceita no espaço europeu, então acabam também por aceitá-los” (vide, no artigo de sua autoria iniciado na **p. 48**, a descrição desse processo na UCM).

No dizer de Mário Azevedo, o que se tem chamado de *internacionalização*

é, em grande medida, uma *transnacionalização* do setor, caracterizada pela exportação de parâmetros no lugar de uma possível interculturalidade e por uma mobilidade estudantil fundada no comércio de serviços de educação terciária. Ele identifica mais a formação de um *mercado mundial* que de um *campo social global* em torno da área.

Eva Aladro Vico ressalta que por vezes não resta tempo sequer para os docentes questionarem as condições laborais. “Os mais jovens, de 30 anos ou menos, ou aceitam esse sistema, ou não trabalham. É muito parecido com o vivenciado pelos operários nos séculos 18 e 19”, compara a professora titular da UCM. “Estamos em um momento de crise. Uma crise sobretudo de valores e de critérios de atuação, que afeta muitíssimo a qualidade do que é produzido”.

De forma semelhante, Lima, da UMinho, diz que, ao ceder à pressão para participar, as universidades introjetam um novo espírito, que se instala entre faculdades, escolas, departamentos etc. Um dos problemas

**“Especialmente em países subdesenvolvidos ou menos desenvolvidos, essa lógica produtivista estrangula departamentos, institutos, laboratórios que não se consolidaram, mas têm enorme potencial”, registra  
Ciro Teixeira Correia**



identificados é o “efeito Mateus” ou vantagem acumulada: as “mais mais” das instituições (assim como “estrelas” da investigação científica e laboratórios de ponta) tendem a receber recursos cada vez maiores e melhores condições, numa espécie de retroalimentação.

“Especialmente em países subdesenvolvidos ou menos desenvolvidos, essa lógica produtivista acaba estrangulando departamentos, institutos, laboratórios que não se consolidaram, mas têm enorme potencial”, registra o professor **Ciro Teixeira Correia**, ex-presidente da Adusp e do Andes-Sindicato Nacional. “Em vez de diversificar, acaba reduzindo”.

Professor aposentado do Departamento de Mineralogia e Geotectônica da USP, ele pondera que tal tipo de pressão, se aplicado em outro momento, não permitiria que Estados Unidos, Inglaterra e alguns outros países europeus tivessem, como hoje, sistemas formados por numerosas universidades e centros de pesquisa com perfis diferentes e complementares.

“E os *rankings* fortalecem um padrão que interessa ao mundo desenvolvido”, continua, citando a facilidade em transformar resultados de pesquisas em produtos. “Já nós ficamos trabalhando como escravos para produzir essas pepitinhas, que não servem ao nosso parque industrial”.

Voltando aos ranqueamentos globais, ele conclui que “o problema não é tanto o instrumento, mas o uso que vem sendo feito, com um olhar acrítico de imitação do que está acontecendo lá fora”. A seu ver, essas classificações poderiam ser usadas para identificar institutos que estão sendo desfavorecidos ou para sanar diferenças regionais.

“Mesmo que determinadas plataformas, gestores, governos, organizações e jornais desenvolvam algoritmos para ordenar as avaliações institucionais, o objetivo deveria ser o de prover um meio de as universidades alcançarem o conhecimento e o autoconhecimento para melhor oferecer bens públicos para a sociedade”, reforça **Mário Azevedo**.

**Aprimorar métricas, estabelecer metas e melhorar a inserção das universidades estaduais paulistas nos *rankings* internacionais parece ser o intuito do projeto criado pelo Cruesp e liderado pelo ex-reitor Jacques Marcovitch**

USP, Unicamp e Unesp criaram, por meio do seu Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), um projeto para rever os respectivos sistemas de avaliação de desempenho com o objetivo de aprimorar métricas, estabelecer metas e melhorar a inserção nas comparações internacionais. A iniciativa é coordenada pelo ex-reitor Jacques Marcovitch (USP) e envolve, além de Justin Axel-Berg, cinco pesquisadores associados e três do cha-

mado “grupo de enlace”, que faz a interface com outras frentes.

O grupo conjunto realizou *workshops* no fim de 2017 e no ano passado, sistematizados no livro *Repensar a Universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais*.

“A intenção é entender exatamente o que está sendo pedido nesses *rankings*, mas também ser mais estratégico no jeito que a gente apresenta as informações, além de desenvolver outras metodologias. O ensino público no Brasil é muito atacado pela mídia, e vários governos não têm visão positiva a respeito, em parte porque a gente não fez a comunicação clara do que é realizado”, diz Axel-Berg.

O pesquisador destaca que fatores que costumam ter centralidade, como a quantidade de artigos publicados e de citações, são mais adequados às ciências exatas e da saúde. “Por exemplo: um departamento de Letras não publica muito em revistas, e sim em livros. Ou, se você pensar em patentes, não faz sentido cobrar que um departamento de Filosofia as gere. Parte do nosso trabalho, assim, reside em construir indicadores mais adequados a essas áreas”, conta.

“Os governos tendem a subestimar atividades como manutenção de hospitais universitários e de museus, que não são mensuradas. Há, ainda, *campi* — como alguns da Unesp no interior — que têm um relevante impacto local, condizente com sua missão, e pouca visibilidade exter-

**“O ensino público no Brasil é muito atacado pela mídia”, observa Justin Axel-Berg**



Jornal da USP

na”. Axel-Berg lembra, ainda, que frequentemente os indicadores de aplicação têm como criadores agentes economicamente interessados, como os governos e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em artigo publicado nesta edição (v. p.59), o professor Marcos Barbosa de Oliveira, membro da Comissão Editorial da *Revista Adusp*, chama atenção para certas discrepâncias internas ao projeto. A seu ver, as inclinações críticas de Axel-Berg não coincidem exatamente com a visão do ex-reitor líder da iniciativa, pois o que se depreende da leitura da “Introdução” da coletânea lançada em 2017, “de autoria de Marcovitch, o idealizador e coordenador do projeto, é que o objetivo primordial do empreendimento é a elevação das posições das universidades paulistas nos *rankings* mundiais”.

É o que sugerem outras declarações e iniciativas dos reitores mem-

bro do Cruesp. Um exemplo é o Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico (Egida), criado pelo reitor Vahan Agopyan, da USP, em junho de 2018. Se há necessidade de se instalar um organismo encarregado, nada mais nada menos, de “gerir” indicadores de desempenho, não será porque se acredita nos fundamentos “quanto-frênicos” do sistema?

Ora, ocorre que a criação do Egida é um subproduto do projeto da Fapesp liderado por Marcovitch. “O projeto já produziu escritórios similares na Unesp e Unicamp. Neste última universidade, segundo a Fapesp, foi iniciado um mapeamento de informações que divulgará, por exemplo, o número de palestras internacionais proferidas por seus docentes. Todas estas atribuições apontam para a possibilidade de que os resultados das avaliações acadêmicas dos docentes venham a ser divulgados ao público”, noticiou o *Informativo Adusp* 449.

## NOTA

1 Antonio Biondi ([antonio.biondi@gmail.com](mailto:antonio.biondi@gmail.com)) e Pedro Biondi ([biondi.pedro@gmail.com](mailto:biondi.pedro@gmail.com)) são jornalistas profissionais. Reportagem especial para a *Revista Adusp*.